



Um olhar sobre a documentação de Setúbal e a azulejaria medieval em Portugal

Ana Patrícia Alho

ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, ana_alho@hotmail.com

Rui Trindade

Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, ruieatrindade@gmail.com

Susana Coentro

VICARTE- Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, susanacoentro@gmail.com

Vânia S. F. Muralha

VICARTE- Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

SUMMARY: This article is part of the documentary research that was carried out in the Setúbal Municipal Archive, following the research previously carried out by us in the National Archive of Torre do Tombo and in the Lisbon Municipal Archives, within the project "Medieval Tiles in Portugal – A provenance study" (PTDC / CPC-EAT / 4719/2012). In this article we will consider and disclose unpublished documents with a corresponding timeline for centuries XIV, XV and XVI and concerning tenure contracts, names of potters resident in Lisbon, extraction sites of essential raw materials (clay and wood) and execution of penalties, in case the potters did not comply with the provisions of the contracts. These documents bring a new vision of the activity of Christians and Moorish potters established around Lisbon and Setúbal, deepening with more refinement, information before known. The documentation concerning the city of Lisbon provides some elements on contracts between Moorish and Christian potters mostly setting tenure of tents, and the Muslim potters who are identified in the transition to the sixteenth century appear in sources always associated with Christian potters. Muslims potters are involved in selling acts or tenure and potteries which in many cases are confronted with Christian potters and sometimes with Muslims. To these Muslims is curiously omitted their profession, knowing only that they are potters because they possess, establish or exercise this activity. With regard to documentation of Setúbal we can verify the taxes established in the port trade of this city in relation to ceramics, as well as the existing bickering due to membership of some land and its use. The discovery of new documents permits to clarify and strengthen the research developed in the project mentioned above.

KEY-WORDS: Medieval tiles, ceramics, Setúbal



SUMÁRIO - O presente artigo integra-se na pesquisa documental que foi efectuada no Arquivo Municipal de Setúbal, na sequência da investigação anteriormente realizada por nós no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Municipal de Lisboa, no âmbito do projecto "Azulejaria Medieval em Portugal - um estudo de proveniência" (PTDC/CPC-EAT/4719/2012). Neste artigo propomo-nos analisar e divulgar documentos inéditos com uma cronologia correspondente aos séculos XIV, XV e XVI; relativos a contratos de emprazamento, nomes de oleiros residentes em Lisboa, locais de extração de matérias primas essenciais (argilas e lenha) e a execução de penas caso os oleiros não cumprissem o estabelecido nos contratos. Estes documentos trazem uma nova visão da actividade de oleiros cristãos e mouriscos estabelecidos nos arredores de Lisboa e em Setúbal, aprofundando com mais apuro, informações antes conhecidas. A documentação respeitante à cidade de Lisboa fornece alguns elementos sobre contratos entre oleiros mouros e cristãos na sua maioria estabelecendo aforamentos de tendas, sendo que os oleiros mulçumanos que são identificados na transição para o século XVI aparecem nas fontes sempre associados a oleiros cristãos. Os oleiros mulçumanos são intervenientes em actos de venda ou aforamento e olarias que em muitos casos se confrontam ora com oleiros cristãos ora com mulçumanos aos quais curiosamente é omitida a sua profissão, sabendo-se apenas que são oleiros por possuírem, estabelecerem ou exercerem esta actividade. No que respeita à documentação sobre Setúbal poderemos verificar os impostos estabelecidos no comércio do porto desta cidade relativamente à cerâmica, bem como as quezílias existentes devido à pertença de algumas terras e o seu uso. A descoberta de novos documentos permite assim clarificar e cimentar a investigação desenvolvida no projecto mencionado.

PALAVRAS-CHAVE: Azulejaria medieval, cerâmica, Setúbal

AZULEJARIA MEDIEVAL EM PORTUGAL – UM ESTUDO DE PROVENIÊNCIA

A historiografia da primeira metade do século XX debruçou-se sobre as questões da cerâmica dentro de um horizonte alargado, em que a olaria, a faiança e a azulejaria foram tratadas de forma paralela no intuito de se estabelecerem as relações artísticas e industriais possíveis, as quais encontram nestas artes do fogo o mesmo fundamento técnico¹, existindo uma interligação entre a olaria e a azulejaria ou mesmo entre estes ramos da cerâmica e outras artes ornamentais².

Entre os meados do século XIV e a primeira parte do século XVI, a interligação da azulejaria com a olaria foi difícil de explicar e demonstrar, pois conheciam-se poucas peças daquela época para que os investigadores pudessem observar os objectos e defender a existência de louça sumptuária. Essa lacuna foi em parte suprimida pelo avanço recente da exploração arqueológica, que veio trazer uma nova visão sobre este problema. A exploração arqueológica veio confirmar que as influências estrangeiras foram marcantes para a produção nacional, que em parte estava oculta pela cópia de modelos e pela facilidade e obtenção de objectos importados.

Nas várias abordagens historiográficas referentes ao período moderno, mais especificamente a partir da segunda metade do século XV, deparamo-nos com a análise de conjuntos azulejares que têm sido vistos à luz dos principais núcleos produtivos ibéricos, ficando omissos outros conjuntos nacionais que com aqueles não são compatíveis, pois não se inserem dentro dos grandes conjuntos de origem Ibérica. Esta análise poderá ter



influenciado os resultados finais uma vez que alguns dos conjuntos não analisados podem tratar-se de fabrico nacional. Assim sendo, e de acordo com essa visão, não teria havido em Portugal competência para a execução de revestimentos cerâmicos ou de cerâmica de qualidade, recusando-se de forma genérica as hipóteses de fabrico português. Mesmo quando tudo parece indicar a produção local, verifica-se que os diversos autores entendem essa produção como “casual” ou de um artífice mais laborioso. No entanto, baseando-nos no mapa de cerâmica medieval da Europa e mais em concreto no da Península Ibérica, não faz sentido ser o reino de Portugal o único território europeu e peninsular onde não se fabricava louça de qualidade e revestimentos cerâmicos decorativos³.

Com esta investigação pretende-se, no seguimento dos trabalhos já iniciados pelo segundo signatário, abrir caminhos para o encontro de uma plataforma de entendimento de revestimentos cerâmicos no período do tardogótico português, que passa por uma abordagem simultânea da olaria, da faiança e dos materiais de construção. Desejamos, a partir da documentação analisada, por um lado, reunir evidências que nos permitam com mais certeza e de acordo com os estudos já iniciados por outros autores avançar no sentido de constatar uma interligação técnica no fabrico de materiais cerâmicos; e, por outro lado, mostrar que apesar da historiografia não duvidar da importação de grandes quantidades de louça estrangeira, a partir dos meados do século XVI, tais evidências não significam que em Portugal, e sobretudo nos núcleos produtores mais desenvolvidos como Lisboa, Coimbra e Évora, houvesse uma completa inexistência de produção. Segundo o autor referenciado a explicação dada anteriormente, de ser importada toda a louça de melhor qualidade com ou sem decoração, deixando somente para a produção nacional a louça utilitária de barro, está em conformidade com o que tem sido definido para os materiais aplicados à construção mas, como veremos mais à frente, esta definição poderá não estar correta uma vez que a documentação nos mostra precisamente o contrário.

Neste artigo é nossa intenção divulgar os documentos analisados por nós no âmbito do projecto desenvolvido e mencionado anteriormente, documentos esses que analisamos e transcrevemos nos arquivos referenciados, não esquecendo no entanto os trabalhos e investigações já largamente desenvolvidas e levadas a cabo nas últimas décadas sobre o regimento de ofícios da cidade de Lisboa e que aludem à produção de cerâmica e azulejar, entre eles: Virgílio Correira⁴, Franz-Paul Langhans⁵, Celso Mangucci⁶, Rosário Salema de Carvalho⁷, Alexandra Gago⁸ e Joaquim Meco⁹.

DADOS RELATIVOS À DOCUMENTAÇÃO INÉDITA SOBRE OLEIROS A LABORAR NA LISBOA DE QUATROCENTOS E QUINHENTOS

A investigação realizada no âmbito do projecto: “*Azulejaria Medieval em Portugal - Um estudo de Proveniência*”, tinha como objectivos aprofundar, articular e sistematizar informação relativa à produção oleira através de documentação coeva inédita. Para tal era necessário efectuar as tarefas de pesquisa e recolha de informação em bibliotecas e arquivos, especialmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Municipal de Lisboa, e no arquivo Distrital de Setúbal, partindo de um corpus de documentação já previamente conhecido pela equipa de investigadores do projecto em questão, corpus esse que pertencia maioritariamente aos séculos XV e XVI e que fazem parte dos documentos existentes nos arquivos referidos.



A partir desta análise pudemos então chegar a algumas conclusões e obtivemos alguns dados, entre os quais destacamos as formas de liquidação dos emprazamentos através do pagamento de galinhas, frangos, coelhos, dinheiro, telhas e peças de barro. Tudo nos leva a crer que estas peças de barro não se tratavam de peças utilitárias mas sim de peças executadas com algum labor e cuidado, ou seja, peças decorativas.

Outro dos dados obtidos foi a origem do barro que provinha, entre outros lugares já conhecidos, de Coima e, finalmente, o nome dos oleiros que estavam radicados na Lisboa de quatrocentos e quinhentos.

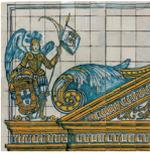
A documentação recolhida e analisada no Arquivo Municipal de Lisboa consistiu em seis livros, e setenta e cinco documentos.

Neste arquivo consultámos a documentação analisada por Vergílio Correia para a realização de alguns textos inseridos na obra “Azulejos”¹⁰, que consistia num conjunto de vinte e sete documentos.

Neste conjunto circunscrito aos anos de 1514 a 1561 encontrámos documentos de juramentos relativos ao *provimento do ofício dos oleiros, provimento do ofício de examinadores de oleiros, provimento do ofício de juízes escrivão dos oleiros, provimento do ofício de vedores e examinadores dos oleiros, eleição dos examinadores do ofício do oleiro* e finalmente um *acordo dos oficiais da Camara da Cidade de Lisboa sobre as determinações referentes ao exercício do ofício dos oleiros*. Toda esta documentação vem dar-nos a indicação dos nomes dos oleiros radicados na cidade de Lisboa de quinhentos e seiscentos, totalizando cerca de oitenta novos oleiros conhecidos. O documento que consta no “Livro 4º da Vereação, fl. 56v.” é um acordo feito pelos oficiais da Câmara da Cidade de Lisboa sobre as regras que deveriam ser respeitadas pelos oficiais de olaria. Devido à falsificação das peças que os oleiros realizavam, houve uma série de reclamações, originando a execução deste acordo, através do qual ficavam estabelecidas as sanções que os oleiros teriam de cumprir caso não seguissem as regras¹¹.

Outro dos dados obtidos através da documentação analisada é o facto de existir bem definido e organizado o ofício de oleiro com todas as áreas profissionais precisas, tal como podemos ver, entre outros, no documento do “Livro 2º da Vereação, Fl. 169v.”, onde podemos detectar um juramento de ofício de juízes de louça vidrada, de telheiro e de oficiais peritos em louça branca.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo analisámos documentos pertencentes ao Núcleo de Mosteiros e Conventos, mais especificamente aos mosteiros de Santos-o-Novo e ao Convento de Chelas, e muitos outros avulsos de fundos distintos, sendo que no primeiro caso analisámos e transcrevemos vinte documentos referentes a emprazamentos e no segundo, três documentos referentes a emprazamentos. Quanto ao Mosteiro de Santos-o-Novo, o período histórico está circunscrito entre a segunda metade do século XV e a primeira metade do século XVI, mais precisamente entre 1431 e 1555. Maioritariamente, analisámos emprazamentos realizados entre o mosteiro de Santos-o-Novo e oleiros que emprazaram tendas, quintais e fornos. Nestes contratos ficamos a saber qual o tipo de pagamento que os oleiros tinham de efectuar anualmente ao mosteiro, e a partir da documentação analisada podemos concluir que é sempre feito uma parte do mesmo em dinheiro e a outra parte em bens alimentares, tais como galinhas, frangos e coelhos. Existe, no entanto, uma percentagem alta (sete exemplos em vinte analisados) de casos em que o pagamento incluía a confecção de peças de barro. Tendo em conta que os pagamentos eram feitos anualmente em dias de Natal ou Páscoa, que se referem a valores monetários altos e



que possivelmente os bens alimentares seriam para ser consumidos nesses mesmos dias de festas religiosas, colocamos a hipótese de que estas peças de cerâmica referidas na documentação não se tratam de peças utilitárias mas sim decorativas, o que pode provar a criação de cerâmica nacional. O documento nº 125, datado do ano de 1431, é referente ao emprazamento entre o mosteiro e o oleiro Joane Esteves, sendo que o pagamento faz referência à entrega de mil telhas de barro, o que significa que se as peças de cerâmica referenciadas na documentação se tratassem de peças utilitárias com toda a certeza que seriam discriminadas, o que não detectamos no conjunto documental tratado.

Os documentos nº 1228¹² e 1245 referem-se ao lugar de Coina, como uma área de proveniência do barro, que com toda a certeza seria utilizado pelos oleiros da cidade de Lisboa¹³.

Finalmente, no que diz respeito aos trabalhos desenvolvidos no Arquivo Distrital de Setúbal, analisámos e transcrevemos três processos, compostos por vinte e nove documentos, a partir dos quais podemos concluir que, no início do século XVI, existia uma fábrica de olaria e de vidro¹⁴ nas imediações da cidade de Setúbal. Sendo que eram sujeitos a impostos consoante a produção efectuada, sabemos ainda que toda a produção exportada a partir da foz de Setúbal teria de pagar a dízima ao Concelho¹⁵. Finalmente, apresentamos ainda uma quezília devido ao facto de ser extraída toda a madeira da Mata do Barril¹⁶, e assim os seus proprietários não poderem usar as terras para a actividade agrícola, o que nos mostra a grande procura desta matéria-prima essencial para a actividade e produção oleira.

CONCLUSÕES

Concluindo, a partir da análise da documentação histórica ficamos a saber que as peças cerâmicas descritas nos contratos são peças decorativas com algum labor, pois se se tratassem de peças utilitárias seria descrito o número das mesmas e o seu tipo; e, por outro lado, previa-se o pagamento destas peças cerâmicas em conjunto com o valor monetário preestabelecido em contrato mais um número de outros bens, no dia de Natal ou de Páscoa, o que demonstra que se tratavam de bens com alguma importância para a comunidade conventual. A partir da documentação podemos também reconhecer o lugar de Coina como um dos lugares de onde provinha o barro para a cidade de Lisboa, bem como a execução de uma lei que legislava a condenação dos oleiros que fabricavam e vendiam peças cerâmicas utilitárias de má produção, descritas na documentação como “falsificação”. É também relevante para o nosso trabalho o conhecimento dos nomes dos oleiros que viviam e trabalhavam na Lisboa do século XIV ao XVI. E, finalmente, podemos situar na cidade de Setúbal uma fábrica de vidro e de olaria no início do século XVI, bem como os impostos que estas produções teriam de pagar ao Concelho.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Arquivo Municipal de Setúbal; Foral de Setúbal. 27 de Junho 1514; PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0194: “*De todo a haver captivo exportado pela foz para qualquer parte, pagava a respectiva dizima, como – madeira, louça de páu, e de barro, ferro moído, linho carvão, e casca, cinza, maçacote (ou barrilha) e pescado, sumagre, e outras casas que era costume serem assim julgados em Setubal por haver captivo.*”

Arquivo Municipal de Setúbal; PT/ADSTB/PSS/APAC/N/0007:

1470, D. Affonso 5º, Palmella, Matta do Barril e ouras heranças: “*El-rel D. Affonso V em carta datada em Palmella, 12 de agosto de 1470, ordena que os mesmos valles sejam descoutados, desde o começo do valle d’Águas-bravas e orchete até ao pé dos cabeços da*



Eira do Marreiro, onde chegavam as herdades lavranças, que todas entestavam na ribeira de Cordova, como se ia ribeira acima até à dita Eira do Marreiro, e do outro cabo para as herdades lavranças do Barril, assim como se ia dessas ruivas até a herdade da candeia, que partia com as herdades lavranças, que estavam ao pé dos cabeços do Marreiro.

E mais ordeva el-rei que dahi em diante os eréos¹⁷ que nos mesmos valles tivessem algumas heranças, as podessem romper, lavrar e aproveitar, e o concelho de Palmella as podesse dar de sesmaria, ou o sesmeiro respectivo, quando seus donos as não quizerem aproveitar, podendo aproveitarem-se de todos os referidos valles, caçar coelhos, cortar madeira e lenha, e qualquer outra cousa e entraram na matta do Barril, porque todos esses terrenos el-rei havia por descoutados.”

1517, “Matta dos Barris. Em carta de 4 de marco de 1517 datada em Palmella, e assignada por Dom Manuel, se diz, que os vizinhos e moradores desta villa representaram a Ellrey, que ao longo do ribeiro de Cordova, que ia ao pé da dita villa de Palmella estavam sete ou oito telhais em que se fazia telha e tijolo, de quês se fornecia a mesma villa, a de Setubal e ainda outros logares; que esses telhais estavam na antiga posse de se aproveitarem de lenha e matto para coserem seus lavores, das freudas da matta d’ellrey que se chama dos Barris, a qual entestava junto dos ditos telhaes. E porque na terra era estreita e tinha muitos pomares e hotas, importava aos lavradores terem da matta, seus bois de lavrarem, por serem logares abrigados e de boas molhadas e afastados de todo o danno; acrescendo que a serra não tinha disposição para ourta cousa, pois que sua maior parte era de pedra e muita agoa de ladeiros.

Que no entanto um Dom Domingos, senhor de um telhal, queria para si toda a lenha da matta, e pertendia aforala.

Ellrey ordena pela mesma carta que não só senão a fôr a matta a pessoa alguma, mas qualquer aforamento seja julgado nullo, e os moradores de Palmella gozem e de aproveitem della.”

1814, “Em 1814 representava Manuel Ventura da Paz, que ao concelho de Palmella havia sido dado o uso fructo de uma fazenda chamada Matta dos Barris que ellrey Dom Manuel havia feito essa concessão para os fins que na respectiva carta se declaravam: mas que tendo cessado esses fins, pois já não haviam telhaes, para os quaes eram applicadas as lenhas da matta, e achando-se esta usurpada por muitos particulares, requeria que a mesma matta segundo as instruções de carta regia de 18 de dezembro de 1312, e portaria de 21 de novembro do dito ano, fosse arrendada ou dada de aforamento em beneficio da agricultura.”

Arquivo Municipal de Setúbal; Século XVI - Indústria Fábrica de Louças e Vidros/Fábrica de Olaria em Setúbal; PT/ADSTB/PSS/APAC/M/0266:

1514, “O Foral de Setubal estabele [sic] os impostos que deviam pagar a telha, o tijolo e louças de barro, que fosse fabricado no reino ou fora delle. Não falla”

1525, Fabrica de Olaria: “Em 1525 havia uma olaria proxima á porta do sol, porque nessa epoca chamava se ao forno que estava junto a esta porta – forno da olaria ou por ser talvez a única fabrica deste género que então existisse, (1) ou porque esta alli estava estabelecida.”

1586, Industria Fabrica de Vidro: “No termo, ou imediações de Setubal, do lado de Azeitão, houve um forno (ou fabrica) de vidro.”



REFERÊNCIAS

- ¹ TRINDADE, R. - *Revestimentos Cerâmicos Portugueses. Meados o século XIV à primeira metade do século XVI*. Lisboa: Colibri, 2007.
- ² *Idem*, p. 77
- ³ *Ibidem*
- ⁴ CORREIRA, V. – *Azulejadores e pintores de azulejo de Lisboa*. In *A Águia*, nº 77 e 78, 1918, pp. 167-178.
- ⁵ LANGHANS, F. – *As mais antigas corporações dos ofícios mecânicos e a Câmara de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1942.
- ⁶ MANGUCCI, C. – *Olarias de ouça e azulejo da freguesia de Santos-o-Velho: dos meados do século XVI aos meados do século XVIII*. In *Almadam – Arqueologia, Património e História Local*, II Série, Nº 5. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 1996.
- ⁷ CARVALHO, R.S. de – *O Regimento do ofício de ladrilhadores da cidade de Lisboa*. In *Revista de artes Decorativas*. Porto: Universidade Católica do Porto (CITAR), 2011. pp. 79-105.
- ⁸ CÂMARA, M.A.T.G. - *Azulejaria do século XVIII: espaço lúdico e decoração na arquitectura civil de Lisboa*. ed. 1, 1 vol.. Porto: Editora Civilização.2007 ; CÂMARA, M. A. T. G. - *Inventário do Património em Azulejo no Concelho do Montijo, (coordenação científica)*. ed. 1, 1 vol. Montijo: Câmara Municipal do Montijo, 2008
- ⁹ MECO, J. – *O azulejo em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1993.
- ¹⁰ CORREIA, V. – *Azulejos*. Coimbra: Ed. Livraria Gonçalves, 1956.
- ¹¹ ALHO, A.P., R. TRINDADE, S. COENTRO, V.S.F. MURALHA - *Á luz da documentação: A azulejaria entre os séculos XIV e XVI na cidade de Lisboa, um estudo de proveniência*, in, SANTOS, A.A., E.M. ALBERTO e M.J.P. COUTINHO - “*Arquivo Municipal de Lisboa: Um acervo para a História*”, Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa, 2015, pp. 27-38.
- ¹² Este documento foi já referido, mas não transcrito na dissertação de doutoramento de Luís Sebastian no ano de 2010 pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: SEBASTIAN, L. – *Dissertação de Doutoramento em História com a especialidade de Arqueologia: A produção oleira de faiança em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- ¹³ Decidimos neste artigo não colocar as transcrições referentes ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo e ao Aquivo Municipal de Lisboa, uma vez que as mesmas já foram publicadas por nós anteriormente: ALHO, A.P., R. TRINDADE, S. COENTRO, V.S.F. MURALHA - *Á luz da documentação: A azulejaria entre os séculos XIV e XVI na cidade de Lisboa, um estudo de proveniência*, in, SANTOS, A. A. e, ALBERTO, E. M., COUTINHO, M.J.P., “*Arquivo Municipal de Lisboa: Um acervo para a História*”, Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa, 2015, pp. 27-38.
- ¹⁴ Arquivo Distrital de Setúbal - PT/ADSTB/PSS/APAC/M/0266
- ¹⁵ Arquivo Distrital de Setúbal - PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0194
- ¹⁶ PT/ADSTB/PSS/APAC/N/0007
- ¹⁷ Herdeiros